

Capítulo I

Metrópole, disputa por espaço, ideias e moradia

*Álvaro Luiz Heidrich, Iára Regina Castello e
Paulo Roberto Rodrigues Soares*

Introdução

O objetivo deste capítulo é tratar de modo mais amplo e referencial os três aspectos centrais dos estudos trazidos neste livro. Os problemas da metrópole são evidentemente crônicos e sobre eles se orientam cotidianamente práticas políticas, intervenções técnicas e a vida transcorre por meio de artefatos funcionais que acomodam ao mesmo tempo as necessidades da reprodução econômica, do consumo, da fabricação, moradia, circulação e transporte, etc. Configura-se em espaço urbano duplamente mais tensionado pelo universo de tais demandas: primeiramente, por ser espaço urbano superdimensionado e, além disso, por ser objeto de fortes modificações na atualidade.

Para o acolhimento dessa abordagem, expõe-se a seguir alguns argumentos em torno de três importantes questões. Primeiramente, compreende-se o contexto metropolitano como espaço urbano disputado, premido por modernização e transformações acompanhadas por desigualdades socioespaciais. Em seguida, expõem-se argumentos para demonstrar que o espaço social metropolitano compreende também a dimensão das ideias, um campo que igualmente envolve disputa pelas concepções de cidade e práticas socioespaciais. E, por fim, esboçamos uma compreensão sobre as mudanças na produção do espaço urbano, com ênfase nas dinâmicas que vêm consolidando as novas modalidades do habitar no contexto metropolitano.

Viver e habitar na metrópole de Porto Alegre

Na última década, o ciclo de crescimento econômico da economia brasileira alterou algumas das características tradicionais da nossa sociedade. A geração de milhões de postos de trabalho formais e a consequente elevação da renda média dos trabalhadores menos qualificados (vista pelos mais otimistas como a ascensão de uma “nova classe média” – a “classe C” da grande mídia) provocaram diversas mudanças no padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, alargando o mercado consumidor, especialmente quanto ao acesso e provisão de bens de consumo duráveis e aos serviços privados, impactando fortemente nos espaços urbanos.

Contudo, as desigualdades de nossa sociedade ainda estão muito longe de serem suprimidas ou mesmo amenizadas, assim como os históricos e frequentes estranhamentos entre os diferentes grupos sociais. Paira na sociedade brasileira uma dilatada fratura entre ricos e pobres, brancos e não brancos, letrados e não instruídos. As segregações e as fragmentações espaciais que avançam nas áreas urbanas são apenas exemplos do estranhamento entre desiguais e diferentes no Brasil. A formação de verdadeiras cidadelas vigiadas nos bairros de classe alta e média alta e a disseminação dos empreendimentos imobiliários popularizados como “condomínios fechados” por todos os setores sociais parecem impedir a construção de uma sociedade mais coesa socialmente na qual os projetos coletivos estejam acima dos interesses corporativos e particulares de determinados grupos ou classes sociais.

As transformações são profundas e atingem campos e cidades das diferentes regiões brasileiras. Porém, são nas metrópoles, locais de concentração das forças produtivas, do consumo e das estruturas de gestão econômico-políticas, que a pressão social das mudanças se faz mais visível.

Porto Alegre, a metrópole mais meridional do Brasil, núcleo de uma importante região metropolitana (a quarta do país em população e Produto Interno Bruto), cidade conhecida pelo elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e qualidade

de vida, insere-se também neste contexto de mudanças e contradições.

A metrópole é o lugar da modernização. Modernização econômica, modernização urbana e de experimentação social. É também o lugar da migração, da mescla social e da diversidade socioespacial. As grandes inovações técnicas e tecnológicas, os movimentos sociais e políticos, as novas formas de sociabilidade, são gestados nas metrópoles e, posteriormente, difundem-se pelo território, com maior ou menor instantaneidade. Contudo, a modernização traz consigo duas faces: a presença dos grandes grupos dominantes política e economicamente e seus opostos, a massa de trabalhadores e de setores populares que também buscam nas metrópoles as oportunidades. Nas palavras de Milton Santos (1996, p. 259)

Graças à sua configuração geográfica a grande cidade aparece como diversidade socioespacial. A presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção de materialidades (bairros e sítios), quanto pelas formas de trabalho e de vida.

Sabemos que no Brasil a modernização é, tradicionalmente, uma modernização imposta: seja pelo projeto político-social de frações dominantes da elite no poder, seja pela presença das corporações e dos atores hegemônicos no território (a chamada “corporatização” do território). A maior parte dos processos de modernização de nossa sociedade ocorreu de cima para baixo. Desde as reformas urbanas do início do século XX, passando pela modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970 e a urbanização e metropolização dos anos 1970 e 1980. Todos esses processos ficaram conhecidos como “modernização dolorosa”. Em todos estes foi marcante também a presença dos “estranhos”. Seja na presença de técnicos estrangeiros ou de capitais alienígenas, seja na mobilização de contingentes populacionais deslocados de diferentes regiões do país (paulistas e gaúchos para o centro-oeste, nordestinos para a Amazônia e para as grandes metrópoles do sudeste).

Com a mundialização e a modernização do território via meio técnico científico informacional e seus sistemas de engenharia, esta presença de atores hegemônicos tornou-se ainda mais forte e com maiores condições de controle das estruturas locais por meio das modernas tecnologias de informação e comunicação. As metrópoles passam a cumprir um papel mais destacado na gestão e no comando das atividades econômicas, pois são elas que concentram os quadros hegemônicos e os aparatos técnicos necessários para o controle do território. De acordo com Milton Santos (1996, p. 258):

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos lugares complexos, que normalmente coincidem com as metrópoles há profusão de vetores, desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal. Todos os capitais, todas as técnicas, todas as formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir. As diversas frações da cidade se distinguem pelas diferentes densidades técnicas e informacionais.

Nos últimos trinta anos, a sociedade brasileira passou por diversas transformações urbanas. Entre estas mudanças está a transformação socioespacial de nossas metrópoles. Espaços cada vez mais complexos, cada vez mais segregados, cada vez mais fragmentados, as metrópoles – apesar do conservadorismo da ideologia do crescimento do “interior” e das cidades médias – continuam a concentrar as grandes forças sociais do país. Nas metrópoles, encontram-se os diversos projetos de sociedade em disputa em nosso país. A geografia eleitoral das principais metrópoles brasileiras reflete essa disputa.

Recentemente, o novo ciclo de expansão da economia reflete também na reestruturação das metrópoles. Grandes obras de infraestrutura e um novo ciclo da construção civil estão gerando fortes impactos na estrutura socioespacial das metrópoles, especialmente com a definição de novas centralidades, que alteram a valorização do solo urbano e induzem à mudança de conteúdo

socioeconômico do território.

Agrave-se a situação com o contexto dos Megaeventos Esportivos e seus impactos nas nossas grandes cidades. Relembramos anteriormente as tentativas de modernização de nossas cidades. Nas experiências anteriores, a intenção era colocar a metrópole em conexão com o mundial no plano das ideias e no plano espacial (via planejamento urbano). Como já foi abordado, Maricato (2000) tratava-se de colocar as ideias no lugar e o lugar as ideias. Porém, antes a modernização urbana se fazia pela importação das ideias urbanísticas dos centros hegemônicos (especialmente da Europa), hoje são os “pacotes urbanísticos” globais (as chamadas “boas práticas”) que acompanham os megaeventos, sendo estes os “responsáveis” pela modernização.

O capital imobiliário que agora reúne (via fundos imobiliários) agentes locais associados com agentes nacionais e até mesmo globais está interessado na produção dos “novos artefatos urbanos”. Assim, nos “espaços luminosos” da paisagem urbana metropolitana se destacam os edifícios inteligentes, as torres de escritório acopladas aos *shopping centers*, os “bairros planejados” e os grandes condomínios fechados.

A produção da periferia, pelo contrário, se dá por meio de conjuntos habitacionais isolados, distantes das centralidades, em uma cópia perversa do modelo de implantado no período da urbanização fordista. Reproduzimos aqui a contradição entre a “privatópolis imobiliária” e a “precariópolis estatal” observada em outras metrópoles latino-americanas (Hidalgo et al, 2008). A marcha da modernização torna a metrópole cada vez mais excluyente, fragmentada e segregada.

Mas como se coloca esta questão em Porto Alegre, a cidade da experimentação em gestão participativa, a outrora “capital da democracia participativa”?

Nos últimos anos, observamos o empenho das forças políticas dominantes no poder municipal para a mudança no modelo de desenvolvimento urbano na cidade. Nesse sentido, trata-se de ajustar a produção da cidade a um novo modelo de acumulação urbana, fortemente baseado na expansão imobiliária e nos ser-

viços. Percebe-se a desregulação da produção imobiliária a qual favorece os grandes projetos imobiliários e comerciais. Esses ocupam os setores mais valorizados ou revalorizados da cidade, enquanto que a produção de habitação popular é relegada à periferia distante, agravando os problemas de mobilidade da população de menor renda, embora esse seja um problema que afeta a população da cidade e da região metropolitana como um todo.

O atual período é de mudanças socioespaciais: dispersão metropolitana, reestruturação intraurbana, mudança social e no mercado de trabalho. Essas afetam – ainda que de maneira diferencial – a metrópole e a região metropolitana.

Porto Alegre acompanha as mudanças socioespaciais das metrópoles mundiais. No atual período, a reestruturação das metrópoles altera as tradicionais formas e os modelos de morfologia urbana. De um modelo simplificado de segregação caracterizado pela oposição centro-periferia ou cidade formal-cidade real temos agora uma diversidade de modelos e a subversão das “áreas naturais”.

Peter Marcuse (1994) considera as divisões econômicas e sociais da metrópole contemporânea. Entre as divisões econômicas da cidade temos a “cidade que governa” (a dos centros de gestão e das sedes das corporações) e a “cidade dos serviços avançados”. Estas formam espaços hierarquicamente superiores aos das “outras cidades”: a da produção direta, a do trabalho não-qualificado e a cidade “residual”, degradada e abandonada. Quanto às divisões sociais, além da “cidade dominante” (bairros abastados), temos a “cidade gentrificada”, a “cidade dos bairros residenciais” e a “cidade abandonada”, composta pelos espaços relegados das favelas, das ocupações e dos sem-teto.

As divisões econômicas e sociais estão relacionadas com as mudanças no mercado de trabalho metropolitano. No caso da região metropolitana de Porto Alegre, esse se apresenta mais segmentado e concentrado no setor de serviços, tanto na metrópole, como nos principais municípios metropolitanos.

Na metrópole, observa-se o crescimento dos estratos superiores, trabalhadores do terciário superior ligados à gestão, à

economia financeira globalizada e aos serviços avançados. É a formação de uma nova elite voltada para o global (Bauman, 2007; Sassen, 2010), que reside nos bairros abastados da “cidade que governa”. O crescimento dos estratos inferiores, de emprego não qualificado, está relacionado com essas mudanças. Na construção civil, a expansão do emprego está relacionada ao *boom* imobiliário e às obras da Copa do Mundo e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No setor de comércio e serviços, o emprego cresce entre os empregados de funções terceirizadas (limpeza, segurança, telemarketing). Esses trabalhadores tem seu espaço cotidiano na cidade “do trabalho não qualificado” e da “economia informal”, a qual engloba os bairros populares da periferia da metrópole e da maioria dos municípios metropolitanos, especialmente os mais próximos a Porto Alegre, que formaram a RMPA originária. Nos municípios metropolitanos, a desconcentração das atividades produtivas (indústria) e de serviços (expansão comercial), está exigindo quadros técnicos mais qualificados (a cidade da produção direta), bem como trabalhadores pouco qualificados do terciário inferior.

Essas mudanças afetam fortemente a mobilidade urbana intrametropolitana com novos fluxos em diversas direções na região metropolitana: da metrópole para a região metropolitana, da região metropolitana para a metrópole.

Com isso, ampliam-se as desigualdades não somente sociais, mas também das possibilidades de apropriação da metrópole. A população excluída ou segregada nas periferias distantes sofre uma dupla exclusão: exclusão social e econômica e exclusão dos espaços de centralidade da metrópole, incluindo aqui os espaços públicos de qualidade, sendo relegada aos espaços da sociabilidade violenta.

A metrópole aparece assim como um espaço ainda mais disputado e mais tensionado pelo direito à cidade, do qual a moradia digna, de qualidade e acessível é um componente de vital importância. Ela é um espaço que contraditoriamente reúne recursos em abundância e ao mesmo tempo esses recursos são poucos para tanta busca e necessidade. É maior a disputa pelo

próprio espaço, são maiores os preços da sua feição mercadoria, valorizada justo pela concentração. É o lugar da concentração de pessoas e ao mesmo tempo do afastamento entre elas. Esse espaço é impregnado de tensionamentos e contradições, como expõe Ana Fani A. Carlos (2001, p. 33-34):

Lugar de expressão dos conflitos, afrontamento-confrontações; lugar do desejo ou onde os desejos se manifestam, na metrópole se circunscrevem as ações e os atos do sujeito; aí se encontram os vestígios do que podemos chamar “harmonia dissonante” (...), de vestígios de tempos históricos diferenciais que o indivíduo se acha ou se perde, pois o espaço é o ponto de convergência entre o passado e o presente. É também o lugar da manifestação da experiência individual e da experiência socializante (...), produto de uma multiplicidade de trocas de todos os tipos que produz a sociabilidade na cidade. Reproduz-se na contradição entre a eliminação substancial e a manutenção persistente dos lugares de encontros e reencontros, da festa, da apropriação do público para a vida.

Pelo fato do espaço urbano poder ser apropriado, torna-se um espaço de disputa, mas não somente por aqueles que possuem meios de aquisição de suas parcelas, mas também por aqueles que simplesmente almejam e precisam estar nele. O que está nele se converte facilmente na expressão da sociedade em conflito. Desse modo, ao mesmo tempo em que é compartilhado, também é apropriado de distintas formas. Ao mesmo tempo em que na cidade uns precisam dos outros, de estabelecerem as mais variadas relações, seu espaço também é objeto de segregação. Como expõe Antônio Fernandes (1992, p. 86) a “segregação está ligada à estratégia de classe, na sua vontade de apropriação do espaço. Este [espaço] torna-se, então, ideológico e político e comporta correspondentes representações”.

Cidade, espaço disputado, pelas ideias e pelas práticas

A ideia que se refere ao objeto da disputa ou ao que se vê de longe, como o que não se queira ou é estranho é a representação que permeia todo o espaço social da cidade. Desse modo, como

um espaço do viver e do vivido, constitui-se em um amplo campo de significações também, as quais constituem propriamente um meio. Um meio pelo qual se estabelecem as compreensões e, por elas, os lugares de cada grupo e a distinção entre eles. Bairro pobre, bairro rico, violento ou *chic*, periferia ou centro, etc., não são apenas modos de ver a cidade, são também maneiras de organizá-la, de alocar recursos e definir prioridades. Desse modo, Sandra Jovchelovitch (2009, p. 81) compreende:

As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade do mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Nesse sentido, elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público. Dessa forma, elas não apenas surgem através de mediações sociais, mas tornam-se elas próprias, mediações sociais. E enquanto mediação social, elas expressam por excelência o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo.

O mapa é, sem dúvida, uma das mais evidentes e autênticas representações. É pouco imaginável pressupor discordância sobre mapas publicados e divulgados. Eles ganham expressão de documento no qual se deposita fé. Assim como os mapas geográficos, também as memórias, as literaturas, os discursos constituem meios pelos quais se busca reproduzir a imagem do que se vive. Desse modo se compreende que qualquer uma dessas maneiras de se falar do espaço pressupõe a intencionalidade de comunicar. Portanto, influenciar sobre o que se faz ou o que se ocupa na cidade, diz respeito à produção disso, de um espaço material e ao mesmo tempo simbólico. Assim como se nota facilmente pelo conteúdo dos discursos que se apoiam nos atributos geográficos, históricos e culturais de um país, também nos âmbitos territoriais mais próximos, como, por exemplo, os que se reportam aos desiguais espaços da cidade, são construções desse tipo.

A cidade e a ideia de cidade não são apenas uma materialidade e uma representação dela. Na verdade, compõem um espaço

que se produz nesse uno-duplo. Como Raymon Ledrut ressalta, a cidade deve ser compreendida como “uma coletividade territorial (...) cujos membros mantêm relações de interdependência regidas por determinadas instituições” (1968, p. 24), sendo a comunicação um elemento fundamental de sua estruturação. É coerente, então, compreender o espaço social urbano como

(...) um sistema de significações que se revela em função do imaginário coletivo. Nessa medida, é também um instrumento de mediação. A produção da cidade é uma escrita, embora sua leitura não seja totalmente feita de acordo com essa escrita. Há igualmente uma meta-linguagem do espaço social, que não pode esquecer a vida do cotidiano, com as suas relações, os seus encontros e desencontros, as suas necessidades e aspirações, a sua fruição e o seu desconforto (FERNANDES, Op. Cit., p. 97).

Di Méo e Buléon compreendem que o espaço social “condensa os valores, as normas, os símbolos e os imaginários sociais, as identidades” (2007, p. 26). Tais valores dizem respeito a diferenças socioculturais e, logicamente, a desigualdades sociais. Delineia-se, por isso, um jogo complexo no qual se projetam na própria mediação a reprodução dessas condições. Ou seja: o que predomina em termos sociais, o que ganha vigor? O conteúdo do que tem força e mais fácil circulação é o que os indivíduos e grupos compreendem?

Parcialmente, o esquema compreendido por Pierre Bourdieu dá conta de um espaço social marcado por uma distinção produzida pelas posições que ocupam os detentores de capital econômico e simbólico. Tal espaço ganha os contornos de uma topologia social, à maneira de um espaço geográfico recortado por regiões, “fundadas em princípio de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social” (BOURDIEU, 1989, p. 131). Ocupar uma posição nesse espaço, assumindo certo valor no contexto social, pode representar um ato comunicacional. É a representação de uma ideia, um valor. Serve tanto para compreender a vinculação da posição material, na geografia mais absoluta, como o seu deslocamento no campo das ideias sobre a distinção do grupo ou da pessoa em um contexto socioespacial.

O espaço social como um conjunto de posições que expressa distinção revela uma de suas faces. Além de sua expressão é também forma que permite condicionar, estabelecer. O espaço social compreendido pela inseparabilidade das dimensões material e simbólica se faz pelas práticas que, além da fabricação das coisas, além das relações de consumo e posse dos objetos adquiridos e que produzem distinção, já por isso envolvem a emissão de ideias, mas, também, intencionalmente a própria produção da ideia. Como expõem Di Méo e Buléon (Op. Cit., p. 40) elas constituem

(...) uma mediação interindividual e autorizam a fabricação de representações comuns. Elas desencadeiam um processo ontológico e evolutivo. Ontológico, pois é no quadro das práticas que se constroem as identidades e territorialidades, à escala da história individual e coletiva. Evolutiva, pois é em função dessas práticas sociais que se modificam essas mesmas identidades e territorialidades.

Para Henri Lefebvre, a **prática espacial** é uma das dimensões do espaço social, que também compreende as **representações do espaço** e os **espaços de representações**. Com essa compreensão, vê-se inextricavelmente associados o material e o simbólico, as relações sociais de produção e de reprodução e as representações simbólicas “que servem para manter as relações sociais em um estado de coexistência e coesão” (LEFEBVRE, 2000, p. 42). Desta maneira, reforça-se a noção de que a materialidade não pode ser compreendida isoladamente, assim como de resto é aspecto comum a um amplo espectro de discursos sobre a cidade. Tais dimensões são assim resumidas por Lefebvre:

1. A prática espacial de uma sociedade oculta seu espaço, ela o postula e o pressupõe em uma interação dialética: o produz constantemente, dominando-o e apropriando-se dele. Sob o ponto de vista analítico, a prática espacial de uma sociedade se revela ao se decifrar seu espaço. (ibid., p. 48)
2. As representações do espaço, quer dizer, o espaço concebido, dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, que identificam o vivido e o percebido ao concebido. (...) É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço ten-

deriam à formação (...) de um sistema de signos verbais, portanto elaborados intelectualmente. (Ibid., p. 48-49).

3. Os espaços de representação, quer dizer, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto espaço dos “habitantes”, dos que fazem uso, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Consiste no espaço dominado, portanto submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (...) a formar sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais (Ibid., p. 49).

Compreendido por essas três dimensões, o espaço social da cidade contém o próprio ambiente construído pelas relações de produção e a rede de atividades que reproduzem continuamente a cidade, também como um corpo social em relações; a elaboração dos discursos e dos argumentos sobre o que vai se produzindo e engendra o ordenamento desse espaço. Constroem-se os lugares e se localizam os moradores e os esquemas segregacionistas; e a própria dimensão simbólica do espaço, ao processo que junta o processo de significação ao símbolo material.

Compreender a cidade nas suas dimensões de espaço social implica considerar a materialidade, os objetos e as relações produção e reprodução, as ideias e o convívio entre desiguais; o próprio consumo do espaço e a reprodução de estilos de vida.

De um lado, há os que dominam a cidade, de outro os que almejam tê-la. De uma direção, elabora-se uma concepção de espaço livre e alcançável e as lógicas para as localizações desassociadas do que esse meio propõe. Assim, residência, escola, praça, mobilidade, lazer, trabalho, lugares de estilo, etc. necessitam de mediações. Tais mediações são ao mesmo tempo materiais, como também as próprias ideias da qual constituem. A cidade não é em si a dominação, mas é um espaço no qual as desigualdades são objeto de regulação.

O espaço da moradia na cidade

As cidades refletem as práticas de sua sociedade. Nesse sentido, as mudanças vividas pela sociedade são impressas no território, impregnando continuamente o espaço com transformações. A humanidade assistiu e participou, no decorrer do último século, a uma alteração radical no seu modo de vida. De uma sociedade rural foi se transformando em um mundo predominantemente urbano, o que veio a ocorrer em 2010. No Brasil, as transformações foram ainda mais rápidas, gerando rupturas irreconciliáveis nos territórios urbanos e metropolitanos.

A cidade dita tradicional, constituída pela ocupação e apropriação de espaços para acomodar funções, exercer atividades e, sobretudo, propiciar interações e experiências de vida, gera um conjunto de espaços públicos permeados por uma grande quantidade de parcelas territoriais de apropriação privada onde há o predomínio do uso residencial. Essa última corresponde à maior parte da área urbanizada e se organiza segundo regras de relação de cada fragmento/segmento com o seu entorno imediato. Estimular uma relação positiva, alimentando as conexões entre essa massa de espaços de moradia mais homogêneos e intimistas e as atividades diversificadas e plurais, que só se realizam coletivamente, tem sido um grande desafio para os urbanistas e planejadores urbanos. Há que se reconhecer a natureza distinta desses espaços, identificar seus elementos constitutivos, perceber suas peculiaridades e visualizar possíveis relações entre esse mundo privativo, mais homogêneo e, por isso mesmo, mais sujeito a códigos e a um maior controle social e o que é público, diverso e multidimensional.

Os bairros e subúrbios residenciais constituíram a base do processo de produção formal do urbano brasileiro na primeira metade do século XX. E as áreas residenciais providas para a parte da população com condições de acesso à habitação se organizaram, preferencialmente, sob a forma de loteamentos. Essas áreas de moradia planejadas foram implantadas como comunidades abertas e conectadas a zonas centrais de cidades monocêntricas

preservando, contudo, características atribuíveis a unidades vicinais, baixas densidades, limitação dos fluxos viários, presença da escola de ensino fundamental para alfabetização da população infantil, ausência ou carência de comércio, serviços e equipamentos de uso coletivo (CASTELLO, 2010).

Esse modelo funcionou razoavelmente em uma sociedade bem menos complexa, no qual o público e plural – as áreas centrais das cidades – se relacionavam e interagiam com o privado – as ocupações residenciais – que também tinham algum nível de pluralidade, por serem espaços conectados e partes de um todo – a cidade. O pequeno número de grandes e importantes urbanizações litorâneas estendia-se por vastas extensões territoriais, configurando uma rede urbana incipiente pouco conectada e com baixíssimas densidades médias. O tecido urbano da cidade brasileira do século XX pode ser ‘lido’ como uma composição de parcelamentos que refletem diferentes correntes urbanísticas e padrões de desenvolvimento distintos, revelando ainda as alterações qualitativas e a velocidade das mudanças operadas no tempo. E as cidades foram se organizando fisicamente pela ‘colagem’ dos territórios de moradia, tanto os planejados como aqueles ditos espontâneos, aos quais se vai acoplando e sobrepondo uma quantidade, organizada ou não, de espaços centrais de uso público ou coletivo. Argumenta-se que os bairros residenciais assentados na primeira metade do século XX, e até a década de setenta, contribuíram de forma decisiva para ‘moldar’ a configuração socioespacial dos centros urbanos. A forma urbana, resultante dessa ‘colagem’ de diferentes espaços de moradia articulados por canais de comunicação, desconstituiu-se com o avanço e o ganho em velocidade do crescimento urbano, acrescido da inoperância dos administradores e equipes locais para rapidamente rever estratégias de ocupação do território e desenhar mecanismos de controle flexíveis e compatíveis com as novas realidades.

A mudança de ritmo e o redirecionamento do crescimento da população brasileira estabeleceram um novo padrão de ocupação, sujeitando as cidades a dois novos fenômenos: de um lado, a urbanização acelerada, alterou o número e a importância das

idades, atuando sobre a frágil e incipiente rede urbana como força desestabilizadora; de outro lado, o extraordinário crescimento aliado à localização dos processos produtivos no meio urbano levou ao estabelecimento de novas conexões, criando as condições para o surgimento das áreas metropolitanas.

As cidades não se prepararam para as mudanças, declarando-se impotentes para resolver as demandas por espaço. As novas populações, buscando viabilizar seu espaço de moradia, ocuparam áreas destituídas de qualquer infraestrutura. Os antigos moradores perderam as conexões entre o espaço de morar e o espaço de interagir, garantidas anteriormente pelas articulações entre o público e o privado. A conta, decorrente da rápida urbanização foi apresentada a todos os atores: as cidades que, não foram competentes para equacionar as novas demandas por espaço; as novas populações, que ao realizar 'o sonho da vida urbana' passaram a conviver com a precariedade habitacional; os antigos moradores que, com o aumento populacional e as novas ocupações não planejadas, perderam as conexões entre o espaço de morar e o espaço de interagir, dadas anteriormente pelas articulações garantidas entre as áreas residenciais – os bairros mais privativos – e as áreas centrais – o centro da cidade, o mundo mais público e funcionalmente diversificado que propiciava a interação social.

Ao preconizar o planejamento urbano observando a separação de funções, o movimento moderno pode ter penalizado desnecessariamente os espaços públicos, induzindo sua desqualificação e perda das características vitais, enquanto pontos de realização de manifestações sociais, lugares de trocas, arenas do exercício da cidadania e locais privilegiados de interação. O geógrafo americano Edward Soja reconhece este distanciamento entre as relações políticas e os movimentos de cidadania com o espaço urbano, e defende que essa perda de capacidade de se manifestar política e socialmente teria sua origem justamente no novo ordenamento espacial trazido pelo Movimento Moderno (SOJA, 1993). Por outro lado, ele sugere o repensar do planejamento urbano a partir da investigação dos novos significados do espaço público enquanto espaço de representação, condição para

propor o novo ordenamento espacial.

No mundo privado, a crise do espaço urbano repercutiu nas áreas residenciais formais, mais homogêneas, mais extensas e, particularmente, mais dependentes da articulação com as áreas centrais públicas, de natureza heterogênea e plural. O crescimento acelerado do espaço das cidades foi garantido, tanto pela implementação de planos e projetos urbanísticos de áreas residenciais em zonas intersticiais e periferias espaciais como pela ocupação irregular pelas periferias sociais.

Em relação ao ordenamento espacial dos territórios privados, a inovação foi dada pela introdução da tipologia habitacional 'condomínios por unidades autônomas'¹, forma alternativa de implantar os novos locais de moradia utilizada, inicialmente, nas áreas ocupadas pelas elites e estratos de renda superior. Apoiando-se especialmente nas vantagens mais óbvias aportadas pela vida em condomínio, a da maior segurança relativa e a dos benefícios e facilidades de se poder ter lazer intramuros, mas acenando ainda com a aquisição de uma casa a um custo relativamente mais baixo, o mercado imobiliário, muito rapidamente, procurou criar nova demanda e, desta forma, ampliar sua clientela. O destaque dado pela mídia a essa nova forma de morar, tratando-a como um produto mercadológico, levou a seu pronto reconhecimento e aceitação pelas camadas médias e populares que ingressaram recentemente no mercado imobiliário. O condomínio por unidades autônomas passou a fazer parte do imaginário popular, sendo sugerido como espaço de vida e de moradia preferencial pela 'qualidade de vida que aporta', e almejado, indistintamente, por todas as camadas de renda e diversos grupos sociais.

Por sua configuração como ocupações de baixa densidade, esses projetos não têm maior significado, quando são analisados sob a ótica do número de unidades habitacionais oferecidas. A velocidade de crescimento desse tipo de ocupação, no entanto, indica uma mudança em curso na configuração socioespacial e na morfologia das cidades. E o mesmo argumento das baixas

¹ Esta tipologia é, usualmente, chamada de condomínio horizontal, condomínio fechado ou até loteamento fechado.

densidades, aliado à ocupação e bloqueio de grandes superfícies de terreno, permite conjecturar sobre possíveis impactos negativos decorrentes do incremento dessa tipologia no espaço urbano.

E se não parece razoável esperar-se que as áreas residenciais configuradas sob a forma de condomínios fechados possam resolver ou minimizar o déficit habitacional, em função das suas baixas densidades, essa mesma razão permite conjecturar e até mesmo reconhecer, na cidade contemporânea, impactos socioespaciais significativos decorrentes de sua implantação indiscriminada. O incremento da utilização dessa tipologia tenderá a atuar negativamente no espaço urbano em função da grande extensão territorial das áreas comprometidas pela ocupação condominial e da presumível redução da permeabilidade urbana e, por consequência, da mobilidade da população em geral. Outra questão está relacionada à tendência natural dessa tipologia habitacional de configurar espaços segregados, desconstituindo o conceito de urbano enquanto lugar da articulação entre o mundo público, diverso e plural e os mundos privados, intimistas e homogêneos.

A importância que se está atribuindo a essa nova figura urbanística está muito mais ligada à constatação de que, em função de sua súbita notoriedade, estes passaram a integrar grande parte dos parcelamentos do solo voltados para a ocupação residencial em todas as zonas das cidades, assumindo diferentes padrões configuracionais e relações distintas com os outros elementos da estrutura urbana. E, complementando, eles têm sido reconhecidos e assumidos como a forma preferencial de moradia, situação que, aparentemente, não está condicionada à posição na escala social, situação ocupacional ou nível de renda. Essa constatação está, aparentemente, vinculada a um número de razões, fatores e valores que o mercado reconhece e tira proveito, dentre os quais vale destacar: estratégias pontuais de densificação de uma área sem alteração das características tipológicas fundamentais; marquetização das vantagens da vida em condomínio; efeito demonstração-imitação; violência urbana contrastada com a 'imagem de segurança' oferecida pelas comunidades condominiais; e o custo relativamente mais baixo das unidades habitacionais nos

empreendimentos condominiais. É a própria particularidade que define o conceito de condomínio fechado, a separação formal entre o espaço público de circulação da cidade e os espaços privados de uso condominial que pode gerar impactos socioespaciais significativos no meio urbano, circunstância que merece um exame mais acurado.

O conceito de condomínio fechado parece ser um daqueles termos que vem despertando paixões, sentimentos antagônicos e discussões sem fim. Mas, deve ser reconhecido que não há uma só explicitação de condomínio fechado, mesmo dentro do entendimento que se está trabalhando apenas com condomínios formados por habitações unifamiliares. Tópicos importantes, tais como escala do empreendimento, relação com o espaço público, perímetro da superfície condominial, contiguidade das unidades condominiais, arranjo espacial interno, merecem ser examinados com maior acuidade.

Além dessa modalidade, que tende a se consolidar na produção do espaço urbano, a transformação da cidade contemporânea também resulta da ação de um enorme contingente populacional que passa a ocupar parcelas de áreas urbanas e estabelecer sua luta por espaço e pela moradia. Como esperado, as áreas ocupadas pelas novas populações urbanas formam periferias não apropriadas e carentes de infraestrutura, áreas de preservação, áreas com grande declividade, enfim parcelas desconectadas do tecido urbano e inadequadas para a vida em comunidade. Também constituem um modo gerador de espaços de moradia segregados, assim como aqueles planejados sob a forma de condomínios fechados, ainda que as causas da segregação sejam bastante distintas.

A reconfiguração das grandes cidades e metrópoles passa, necessariamente, pela provisão dos espaços de moradia. E, com o reconhecimento de que a tendência atual é a de produzir cada vez mais áreas residenciais do tipo condominiais, e a isso devem ser acrescentadas as áreas ocupadas irregularmente, teme-se pelo futuro urbano-metropolitano. A diversidade, as interações, a relação público-privado, a própria existência de espaços de uso e apropriação pública se veem ameaçadas em uma realidade na

qual a produção de clusters – ou enclaves urbanos – conectados, ou não, por canais de circulação, poderá prevalecer. É um novo conceito de cidade em gestação, uma realidade, talvez não desejável, mas bastante possível se forem consideradas as tendências atuais em relação às dimensões das áreas apropriadas, as novas ilhas urbanas.

Considerações finais

Compreendemos nesta reflexão que o espaço metropolitano se constitui como o lugar da modernização e da geração de novas tendências. Trata-se de um espaço sempre mais e mais disputado, bastante devido à sua contínua produção de centralidades. Tem sido também o lócus da acentuação das desigualdades e conflitos socioespaciais, assim como das possibilidades de apropriação de seu espaço.

De um lado é pelas alternativas de mais mercado e de outro pelas estratégias de regulação desse espaço que se alternam temporalidades e espacialidades de encaixe, como se pode ver pela notável transformação delineada pelas novas modalidades do habitar metropolitano e o renovado contexto da segregação.

Vimos que esse é tanto um universo de contrastante materialidade, mas também das ideias sobre ele. Para reiterar o que se apontou anteriormente, condensa valores, regramentos e imaginários. E, como se trata de espaço, é um único composto por ambas as dimensões. Com esse enfoque, se ressalta que uma feição importante desse espaço em disputa e tensionamento é a das próprias ideias e concepções do como ele pode ser visto e compreendido.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Fora do alcance juntos**. In Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, p. 77-97.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARLOS, Ana Fanni Alexandre. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLO, Iára Regina. **Bairros, Loteamentos e Condomínios: elementos para o projeto de novos territórios habitacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.

FERNANDES, António Teixeira. "Espaço social e suas representações". In: **Revista da Faculdade de Letras**. Sociologia. Porto: Universidade do Porto, vol. 2. 1992, p. 61-99.

HIDALGO, Rodrigo; BORSODORF, Axel; ZUNINO, Hugo; ÁLVAREZ, Lily. Tipologías de expansión metropolitana en Santiago de Chile: 'precariópolis' estatal y 'privatópolis' inmobiliaria. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Barcelona: Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/434.htm>

JOVCHELOVITCH, Sandra. "Vivendo a vida com os outros: inter-subjetividade, espaço público e representações sociais". In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009 [1994].

LEDROUT, Raymond. **El espacio social de la ciudad**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

LEMOS, Mónica Arroyo, SILVEIRA María Laura Silveira. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006.

MARCUSE, Peter. Not Chaos but Walls: Postmodernism and the Partitioned City. In WATSON, Sophie, GIBSON, Katherine. (eds.) **Postmodern Cities and Spaces**. Oxford: Blackwell, 1994, p. 243-253.

MARICATO, Erminia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori, VAINER, Carlos, MARICATO, Erminia (orgs) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.